

**DAS “MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS” ÀS “REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTOS”:
regionalizações das terras acreanas e as possibilidades de novos rearranjos no
princípio do século XXI**

“O homem-habitante é uma escala mais ampla do que o homem-produtor, este é apenas um aspecto do homem-habitante (ANDRADE, 1971, referindo ao processo de trabalho no aménagement du territoire”)

Silvio Simione da Silva

Professor Assistente do Depto. de Geografia da
Universidade Federal do Acre – UFAC.
Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e
Projetos de Reforma Agrária – NERA-FCT/UNESP.
Doutorando do Curso de Pós-Graduação em
Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente.
Correio eletrônico: ssimione@terra.com.br

RESUMO: Aqui, buscamos compreender os fundamentos das regionalizações mais recentes das terras acreanas. Vimos os propósitos desses processos no contexto da Geografia e, com isto, os avanços e recuos na definição territorial das regiões. Partindo de críticas teóricas, defendemos em tese “a necessidade de rever as regionalizações vigentes no estado”. Nisto, fixamos pontos para a compreensão e superação das definições de regiões “naturais” ou “homogêneas” como parcialmente denota a divisão em “regionais de desenvolvimento”, apresentada no Zoneamento Ecológico Econômico do Acre.

PALAVRAS CHAVE: Acre. Regionalização. Escalas regionais. Desenvolvimento. Planejamento.

A QUESTÃO

Para a sociedade organizada, o ato social de administrar o espaço de vivência é de importância vital. Temos uma dimensão espacial na qual limitamos, racionalizamos e gerimos nossas ações. A definição de áreas, ou seja, de espaços prioritários a certas ações, é a forma de agir mais eficientemente no cotidiano social em que produzimos e somos reproduzidos. Aí redefinimos espaços passíveis de ações concretas, delimitamos territorialmente e começamos dar sentido de uma regionalização, na qual considerando nossas ações pretéritas, projeta-se nosso *devoir* social no lugar. Então, não somos estranhos a (re) formação ou (re) territorialização da região, pois fazemos parte da dinâmica social que se processa sobre o lugar.

A região, portanto, independente das pré-concepções firmadas ao ser delimitada, é instância de racionalização de ações de quem a procura defini-la. Portanto, a tese básica do que se trata neste artigo, é que a “região” se firma como entidade territorial

na sua gestão, como “região administrativa”, na qual somos parte integrante e ativa nos processos que a produz.

As condições para conhecê-la, leva-nos a superar as visões de regiões naturais ou homogêneas, para uma compreensão dos processos relacionais que produzem o território heterogeneamente. Ao territorializar, estes processos promovem o desenvolvimento desigual e contraditório dos lugares, o que nos permite identificar espaços privilegiados de concatenação de forças na firmação de identidades regionais. Por isto, o que define a região não é a homogeneidade, mas as correlações de forças que se combinam e conduzem a identidade regional no contato e confronto aos processos globais. Aí identificamos dimensões em que sobressaí reações, dando-nos a clareza do domínio político que “manifestado” materializam arranjos territoriais que se combinam – isto é, a região.

Portanto, a luz destes pressupostos, sob o ponto de vista de uma crítica radical, trataremos da firmação das últimas regionalizações do espaço territorial acreano, assim como da presença de novas discussões sobre estas questões em nível de Estado.

A REGIÃO

Num dia do mês de setembro de 1998, numa conversa com um trabalhador migrante em Brasília, este me fazia a seguinte afirmação: “na minha região as coisas não eram assim! Lá nós trabalhamos os morros, endireitamos leitos dos riachos, desmatamos e plantamos lavouras e pastagens; enfim fizemos o lugar produtivo. Ali nós mandávamos! Aqui está tudo para fazer! Nós é que temos de fazer”.

Frases como estas são muitas comuns quando conversamos com migrantes sobre suas condições de vida local com relação a espaços vividos, ou seja, os territórios que deixaram para traz em suas andanças por estes rincões brasileiros. A região, portanto, comumente vista como algo presente, é uma entidade construída no processo de vivência na produção do espaço vivido da sociedade que se localiza. Assim, como território de bases físicas/naturais identificáveis, a região se redefine sob a projeção de ações sociais transformadoras do homem sobre o espaço que vive. Também como “domínio” em que se projeta das condições de exercício de poder, a região se define territorialmente, como espaço em que gestores a administram, projetando condições sociais/reprodutivas em áreas devidamente localizadas (referimos ação do poder público

estatal ou da sociedade organizada). Portanto, podemos dizer que a região é um constructo histórico de relações sociais produtivas, as quais projetaram-se sobre a formação físico/natural do espaço, dando uma identidade que se combina e torna possível de ser apreendida no lugar. Nisto é dinâmica e passível de redefinições ao longo da ampliação da complexidade das forças que produzem os territórios de vivência humana.

É, portanto, o conceito e a definição de região uma necessidade constante na vida do homem. Numa sociedade, complexa a região se define por territórios preferenciais de ações políticas. Aí o poder público delimita formas de gestão do território, mas a sociedade se organiza na composição de forças que darão dinâmicas às relações de produção. Estas ao se reproduzirem territorializam no espaço vivido, novos processos na dinâmica territorial. Nisto a região é palco de combate e conciliação, de desigualdade e de busca de equacioná-la, mas é também *locus* onde por mais abstrato que seja o conceito de espaço, seus elementos processuais estão passíveis de delimitação e conhecimento real na superfície terrestre, a partir da materialização dos “jogos de forças estabelecidos”. Então região não é o território, mas se define a partir de dimensões territoriais que nestes arranjos produzidos, dão-nos a configuração possível delimitação territorial, em condições sociais e temporais específicas. Por isto, essa delimitação não é definitiva, mas necessária de ser revista e considerada na dinâmica contraditória que produz espaço vivencial, sob critérios planejados pelo gestor ou pela sociedade que aí se territorializa.

Projetamos então, um conceito de região que se define a partir das relações de produção e atribuições estratégicas da ação humana sobre o espaço, territorializando-se. Vemos aí, possibilidades de efetuarmos a definição de regiões geográficas¹, numa ótica da dialética que produz o desenvolvimento desigual e combinado do território, mas que pouco tem sido considerada nos estudos regionais.

Há, todavia, outros conceitos de região que não considera esta complexidade presente no espaço produzido. Dentre essas cabe destacar aquela que provém do estudo e compreensão positivista clássica das “regiões naturais” implementadas, sobretudo, quando concepções naturalistas (até as primeiras décadas do século XX) exerceram influências dominantes sobre as ciências humanas. Essas regiões

¹ - Propomos outro caminho para conhecer a região geográfica. É preciso ir além da definição tradicional, na Geografia, em que se buscava apenas a compreensão empirista dos elementos naturais ou culturais em combinações específicas que conferia singularidades a região. Assim, a definição da região passa por processos sociais de produção dos quais manifestações socioculturais também são tributárias.

eram áreas que se definia a partir da identidade que a natureza lhe conferia, isto é, “dos domínios naturais” como: bacia hidrográfica, floresta, campos ou cerrados, montanhas, lagos etc. Sendo essas definidas pelas determinações da natureza, caberia aos estudos de regionalizações, captar os aspectos dominantes da paisagem natural e traduzi-los em espaços passíveis de serem delimitados. Isto seria muito prático se aplicado numa região em que sobressai o domínio natural como na Amazônia; porém, isto não refletiria a realidade, pois os elementos sociais que produzem as diferenciações regionais ficariam ignorados.

Talvez a proposta mais aplicada no âmbito da Geografia Brasileira, tenha consistido na busca de identificar a região a partir de elementos que homogênea uma porção do território nacional. Isto factualmente se dá a partir das características de domínios naturais (como florestas, rios, montanhas etc) ou socioculturais (presença de tipos étnicos, tradições locais etc.) ou econômicas (áreas agrícolas, áreas mais urbanizadas, áreas industriais etc.). Aí o elemento de maior expressividade é o identificador da região – são as regiões homogêneas². No caso da Amazônia teria os rios e a floresta como principal definidor do território regional.

AS REGIONALIZAÇÕES

Na a realidade brasileira, e mais precisamente, a realidade acreana, tivemos vários conceitos empregados nas definições regionais. Aqui trataremos apenas das regionalizações acreanas em “regiões homogêneas” e em “regiões geográficas” feitas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para depois refletir sobre a regionalização proposta pelo Governo do Estado do Acre com as “regionais de desenvolvimento”.

No final da década de 1960 o IBGE, definia uma regionalização do espaço brasileiro com base no conceito de região homogênea. Em nível macrorregional tinha se cinco grandes regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Em nível de

² - Esta concepção, em que tendo por bases o positivismo lógico, vê a região como “conjunto de lugares onde as diferenças internas são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 1998, p.32). A delimitação é um problema estatístico, em que a solução é obtida pela invariabilidade das informações quantificáveis. Isso se pode resolver em laboratórios sem uma base empírica prévia ou processual da formação, bastando dados dos elementos dominantes para determinar sua expressão delimitada em mapas. Uma vez que consideramos as informações de elementos humanos, podem-se obter condições de “regiões funcionais” que são definidas a partir dos movimentos de pessoas, mercadorias e decisões aplicadas sobre partes da superfície terrestre (ID. IBID, p.33-35).

espaços menores, no Acre, territorialmente tínhamos a Mesorregião Homogênea do Acre que correspondia ao território estadual, e internamente dividia-se em duas microrregiões homogêneas: Alto Purus (correspondendo às áreas orientais território acreano, drenadas pelos rios das bacias do Purus e no leste por rios da bacia do Madeira, como o Abunã) e Alto Juruá (correspondendo as áreas ocidentais do território acreano, drenadas pelos rios da bacia do Juruá). Aí se teve definido a base das regionalizações para ações administrativas nas duas décadas seguintes.

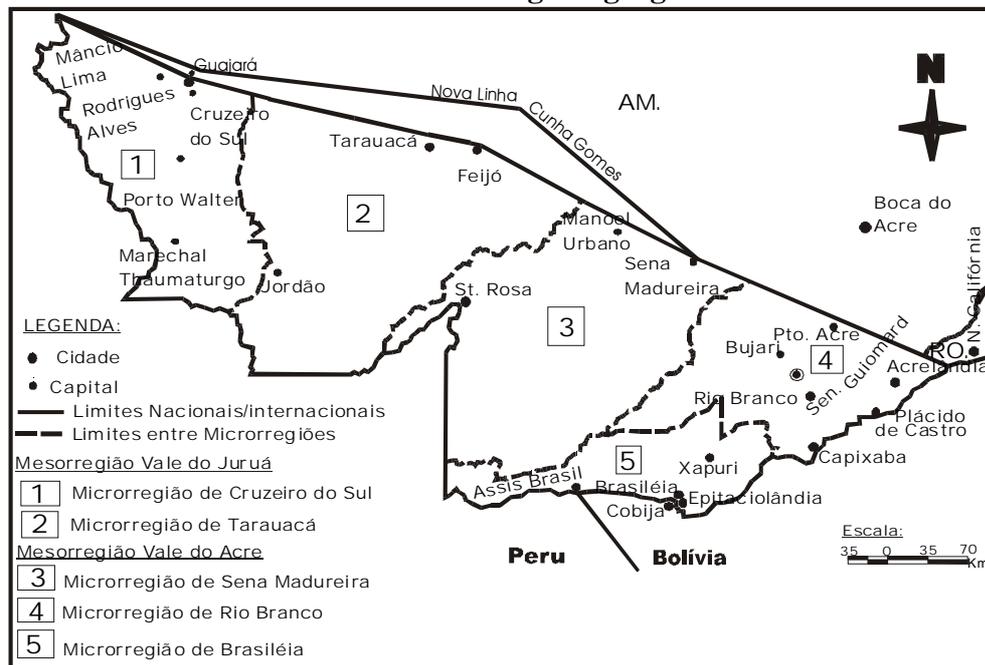
No final da década de 1980 esta regionalização já não retratava a realidade brasileira, embora o elemento homogeneizador permanecesse. Assim, perante a dinâmica de um espaço que se produz contraditoriamente em complexidade e complementaridade com suas bases físicas, socioeconômicas e socioculturais, havia um desafio para outra compreensão do território nacional, tendo em vista a ações efetivas mais eficientes. Da crítica e insuficiência das regiões homogêneas para retratar a realidade do país, busca-se outra concepção para a nova regionalização. Então, também sob a coordenação do IBGE, o conceito de “região geográfica”, numa concepção econômica e historicista, viria como base para outra regionalização sob uma visão mais crítica da realidade brasileira, em diferentes escalas territoriais. Então, tenta-se identificar os múltiplos processos se interagem na definição regional. Desse processo, em nível macrorregional, o país se caracterizaria por três grandes regiões – as “regiões geoeconômicas”: Centro-Sul, Nordeste e Amazônia.

É dessa regionalização que começaremos a analisar mais especificamente a situação acreana. Nesse processo, definiu-se então em nível estadual duas mesorregiões geográficas: do Vale do Juruá e a do Vale do Acre; e cinco microrregiões geográficas: de “Brasiléia”, de “Rio Branco” e de “Sena Madureira” no Vale do Acre; de “Tarauacá” e de “Cruzeiro do Sul” no Vale do Juruá (mapa 1).

No plano da configuração espacial as mesorregiões do Vale do Acre e do Vale do Juruá correspondiam aos territórios das antigas microrregiões homogêneas do Alto Purus e Alto Juruá respectivamente. Todavia, as mudanças de denominações denotam especialmente a maior diversificação na produção do estadual: não são mais as microrregiões homogêneas, baseadas na hidrografia, que se dividem internamente o Estado, pois a complexidade do espaço produzido já dá outra configuração regional. Isto justificou na divisão interna do Acre nas cinco microrregiões geográficas referidas. As

mudanças de escalas territoriais são denotadas pelas trocas internas nos nomes dos “fatos geográficos” denominadores: alto-rio (elemento natural do curso do rio dá dimensão geomorfológica de extensão trajeto fluvial) para vale (em que o elemento natural dá a dimensão territorial de áreas de abrangências demanda pelo rio). Já não é o rio de maior expressão a dominar a região, mas o território em que estrategicamente projetam os centros hegemônicos no processo produtivo no Estado. Nisto, por exemplo, podemos compreender o porquê da denominação da Mesorregião Geográfica Vale do Acre, quando o rio Acre é na verdade um afluente do rio Purus. O conteúdo que expressa a região drenada pelo Rio Acre e ele em si próprio, historicamente, conferiram-lhe a condição de um significado geopolítico que, na Amazônia, que extrapola ao limites de sua rede hidrográfica (tanto que foi este Rio que deu o nome ao Estado e não os rios principais: Purus e Juruá). Este significado, somente foi captado como identificador regional dado ao plano das relações socioespaciais e territoriais aí estabelecidas.

Mapa 1:
Acre – Divisão em regiões geográficas



Fonte: IBGE, 1991; ACRE, 2000.

São nestes propósitos que a regionalização, efetiva-se na apreensão de municípias como tentativa de individualizar as características do território. Ainda não se buscava a compreensão das forças contraditórias, resultantes das múltiplas determinações,

como processo contido no espaço regional produzido; daí a permanência territorial de bases físicas anteriores. Nota-se então, a dificuldade da aplicação de um conceito que parte da concepção de região como produto de forças contraditórias na dinâmica social desigual que produz o espaço vivido. Esta dificuldade está na operacionalização do que é específico, mas não homogêneo na sua configuração territorial³, como base para conhecer a região.

AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS

No Acre, podemos dizer que com a identificação das microrregiões geográficas, tentou-se apreender tais especificidades. Porém, as dificuldades operacionais fizeram que o processo social produtor de especificidades, ainda não fosse apreendido em sua forma integral manifestada. Com estes termos, do ponto de vista de operacionalização, os limites políticos dos territórios municipais, ainda são as bases concretas para definir as microrregiões. Todavia, é inegável que isso já significou um avanço na tentativa de captar as diversidades regionais acreanas.

Assim no plano microrregional, no Vale do Acre, têm-se as seguintes delimitações regionais:

A Microrregião de Brasiléia.

Localizada no Sul do Estado, abrange os municípios de Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri e Assis Brasil. No tocante ao aglomerado urbano, Brasiléia junto com Epitaciolândia e a cidade boliviana de Cobija, forma um “contínuo urbano” de aproximadamente setenta e cinco mil habitantes. No âmbito macrorregional, caracteriza-se como a segunda área com maior expressividade da vida urbana na Amazônia-acreana. Isto reflete na tendência da firmação, aí, de um centro comercial em territórios bi-nacionais, de que a cidade boliviana já é uma “zona de livre comércio”.

Todos os municípios são drenados pelo Rio Acre em trechos de seu médio e alto curso e, com exceção de Xapuri, os demais são áreas de limites internacionais com as repúblicas da Bolívia e do Peru. Sob o ponto de vista natural, caracteriza-se por

³ - Neste aspecto, apesar de partir dos pressupostos pautados na crítica social da Geografia Radical, não se rompeu com a visão clássica. Esta regionalização assemelha às concepções lablachianas em que processos socioculturais são considerados como determinantes. Não se captou a luta e as relações sociais de produção (em seu movimento histórico) que realmente é o identificador dinâmico dos espaços regionais, na escala do social que habita o lugar. Por isto aí vemos bases históricas, porém não numa concepção dialética.

floresta densa, onde sobressai uma flora diversificada muito valiosa em espécies. Isto fez desses territórios, áreas densamente povoadas por seringueiros, desde a ocupação inicial do Acre pela frente pioneira extrativista no final do século XIX. Dado essa situação com o avanço da frente pioneira agropecuária recente, tornaram-se áreas de intensos conflitos e luta pela terra. Isto reflete na realidade recente da questão agrária acreana com a implantação grandes fazendas de criação bovina, áreas de colonização e áreas de unidades de conservação de uso direto e indireto. Dentre as unidades de conservação de uso direto, a Reserva Extrativista Chico Mendes é também uma expressão da luta dos trabalhadores extrativistas na conquista de seu território de vivência. Aliado a isso a participação política e efetiva dos trabalhadores em sindicatos rurais, cooperativas e associações, demonstra uma região bastante suscetível a projetos alternativos de desenvolvimentos.

A Microrregião de Rio Branco.

Abrange áreas centro-leste do Vale do Acre, sendo drenados por rios da Bacia Hidrográfica do Purus (rio Acre e seus afluentes) e da Bacia Hidrográfica do Madeira (rio Abunã e seus afluentes). Forma-se pelos municípios de Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro e Acrelândia. É a microrregião mais populosa; economicamente, a mais importante e é também, localização da sede do poder político estadual em “Rio Branco” – a capital do Estado. Por estas condições, centraliza a principal praça comercial e as poucas indústrias locais.

No conjunto, isto se materializa com uma enorme disparidade no padrão de desenvolvimento econômico e nos serviços prestados, entre a capital e os municípios vizinhos. Ademais, é nesta região que alguns municípios apresentam os maiores índices de áreas desmatadas (como Acrelândia com 27,73%, Plácido de Castro com 41,45% e Senador Guiomard com 51,41%, conforme dados da Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC em 1999, citado in: ACRE, 2000). Disto provém ser esta região área de grande expansão das atividades agrícolas e pecuárias no Estado.

Partindo das situações constatadas, podemos afirmar que nesta microrregião, sob o ponto de vista dos processos sociais que a reproduz, já há uma diferenciação regional consolidada internamente. Se tivermos a regionalização como um processo de busca de eficiência aos programas e políticas de desenvolvimento, é necessário iniciar esta discussão com vista a possibilidade de uma divisão microrregional.

Possivelmente, seja mais viável tratarmos da divisão nas “regionais de desenvolvimentos”. Todavia, a isto retornaremos mais adiante.

A Microrregião de Sena Madureira.

Situa em áreas centrais território acreano, sendo que suas terras estendem de norte a sul do Estado, correspondendo aos municípios de Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus. São drenados pelos rios Purus e seu afluente Iaco, que constituem nas principais vias de transportes por extensas áreas da microrregião. Os municípios de Sena Madureira e Manoel Urbano, em sua porção norte, é cortado pela BR-364 (sentido leste/oeste), de onde partem diversas estradas vicinais em áreas de colonização e fazendas de criação de gado bovino.

O predomínio majoritário de áreas florestais faz do trabalhador florestal – o seringueiro, um sujeito social de grande expressão no ambiente rural, junto aos colonos, ribeirinhos e fazendeiros⁴. Há também vários grupos indígenas que habitam áreas dos altos rios, sendo que a maioria já produz numa economia de subsistência, baseada na agricultura e até na criação de poucos animais bovinos (sem, contudo ter deixado a caça e a pesca), os quais regionalmente são denominados de “caboclos”.

Na Mesorregião Geográfica do Juruá temos:

A Microrregião de Cruzeiro do Sul.

Corresponde a parte mais ocidental do Acre em que se localizam os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. Trata-se de uma área fronteira com a República do Peru, na costa oeste, sendo que suas terras estendem de norte a sul do Estado. São áreas drenadas pelo Rio Juruá e seus afluentes, destacando como principal o Rio Noa.

As características geomorfológicas irregulares demonstram um relevo que estende de planícies às áreas serranas (na Serra do Divisor, que já é formação pré-andina). Aí a floresta é dominante, sendo que os municípios com maiores percentuais de seus territórios desmatados são: Rodrigues Alves com 7,30% e Cruzeiro do Sul com

⁴ - É bom ressaltar que, em todo o Estado, a formação de fazendas ocorre também em áreas mais distantes das estradas. Porém, com menor frequência. Quando isso ocorre geralmente, é com baixa produtividade, sendo que a formação de pastagem, com ou sem a criação extensiva do gado bovino, serve apenas para justificar a manutenção de latifúndios, sob o argumento de “serem propriedades produtivas”.

4,21%. Com essas especificidades, teve-se em áreas dessa microrregião a instalação do Parque Nacional da Serra do Divisor (Criado em 16/06/1986 pelo Decreto Federal nº 97 839) que é a maior Unidade de Conservação de Uso Indireto no Acre; e, a Reserva Extrativista do Alto Juruá (RESEX Alto Juruá) que foi a segunda Unidade de Conservação de Uso Direto criada no Estado, já na década de 1990. As áreas desmatadas correspondem a: antigas localidades ribeirinhas, proximidades das cidades e vilas e margens das estradas existentes; aí se localizam áreas de colonização e fazendas de criação de gado bovino. Dados essas características em áreas florestais, a medida que se afasta dos núcleos urbanos, as figuras sociais que sobressai é a do seringueiro e colono ribeirinho, em antigos seringais e áreas da atual RESEX do Alto Juruá, e de indígenas (extratores, coletores e agricultores de diversas nações), em áreas de reservas.

A cidade de Cruzeiro do Sul, com uma população pouco superior a quarenta mil habitantes (a segunda cidade do Estado em população), exerce a condição de núcleo central em nível microrregional, o que confere certa liderança sobre os demais municípios. Todavia, entendemos que aí, dado a situações atuais, inclusive com a implantação de novos municípios (Rodrigues Alves, Porto Walter e Mal. Thaumaturgo em 1991/92), a distância física e as características dos processos produtivos a que submete cada lugar, já se fazem necessário discutir as possibilidades de outra divisão microrregional, juntamente com a microrregião de Tarauacá.

A Microrregião de Tarauacá

Localiza-se em áreas centrais do Estado, em recorte territorial que se estende de norte a sul. Corresponde aos municípios de Tarauacá, Jordão e Feijó em áreas drenadas pelos rios Tarauacá e Envira respectivamente (afluentes do Juruá). Na parte norte dos territórios dos municípios de Feijó e Tarauacá, a BR-364 faz a ligação por terra entre as duas cidades e de forma precária, dessas com Rio Branco e Cruzeiro do Sul. São nesses trechos da Rodovia que se localiza as principais áreas de colonização e fazendas de criação bovinas (o que também ocorre em áreas ribeirinhas, porém com menor frequência), mas com menos representação que noutras microrregiões. Nas áreas florestais a população seringueira é predominante e, sejam em terras firmes (áreas centrais distantes dos rios) ou ribeirinhas (às margens), aí praticam atividades diversas que vai desde a tradicional coleta

extrativa, até práticas de pequenas lavouras e de criação de gado bovino⁵. Também a população indígena é bastante numerosa em tribos que habitam áreas na divisa com a República do Peru. Aí, domínio dos rios como via de acessibilidade é marcante, juntamente com a floresta que cobre, em alguns casos, praticante quase a totalidade do território municipal, como é a situação de Jordão.

Jordão é a cidade mais isolada da microrregião, localizada no alto curso do Rio Tarauacá. No plano de sua localização e das formas de produção social estabelecidas, vemos uma maior proximidade com os municípios de Marechal Taumaturgo e Porto Walter, de que com os municípios de Feijó e Tarauacá. Aí, com já mencionamos, vemos uma identidade regional que se forja.

São estes os pontos básicos possíveis de captar dessa configuração regional elaborada e aplicada após 1989.

Praticamente, o emprego dessa regionalização em nível de direcionamento a aplicação de políticas públicas de desenvolvimento pouco fora utilizado. Somente no final da década de 1990, essa divisão regional seria base territorial mapeada, para a (re) nominação das microrregiões como “regionais de desenvolvimento”, embora a concepção de região aí fosse diferente da concepção de “região geográfica”. Esta “nova regionalização” se deu no plano da gestão territorial que a equipe que governa o Acre (no momento em que estamos produzindo esta análise), implantou para a efetivação de suas ações políticas em territórios definidos.

Por final, com estes apontamentos visamos nos situarmos no conjunto da regionalização acreana. Um estudo minucioso sobre cada microrregião terá condição de identificar certas nuances que não se pode captar numa leitura mais geral como esta; e, tampouco sob as bases conceituais que nortearam as “regionais de desenvolvimento”. Isto é o suficiente para afirmarmos que, no Acre, já se faz necessário avançar com propostas de regionalizações, mais coerentes e realistas, tanto do ponto de vista das políticas administrativas defendidas, como da sociedade localizada e também das concepções

⁵ - É bom ressaltar que esta criação bovina que, as vezes, tem até aumentado relativamente, está longe de ser um processo de expansão da pecuária para fins lucrativos como fazem os fazendeiros. Na verdade para estes trabalhadores, esta criação ainda que exceda a uma dezena de cabeça de rezes, tem a função de formar uma reserva econômica para momentos de extremas necessidades. Isto, pois o gado vacum, é indiscutivelmente a mercadoria de maior e mais fácil liquidez, em mão desses camponeses. Raramente se poderia falar de uma diferenciação social por esta causa, ou seja, aí não se está em curso necessariamente a capitalização desses trabalhadores (o que pode até ocorrer, mas é raro), e sim uma estratégia de sobrevivência.

científicas e filosóficas que norteiam tais processos (o que por sinal, foram poucas consideradas pela equipe responsável na definição das “regionais de desenvolvimento”).

AS “REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO”

Com a chegada ao governo do Estado do Acre, em 1998, de forças políticas partidárias de uma frente progressista (Frente Popular do Acre: formada por partidos como PT, PC do B, PSB, PMN, PL etc.), teve-se a implantação de um projeto de governo, pautado em princípios das propostas de “desenvolvimento sustentável”, herdeira das bases previstas no Relatório Our Future Commom⁶. Assim, sob apoio e acompanhamento do Ministério do Meio Ambiente do Brasil e organizações internacionais⁷, executou-se o Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – o ZEE/AC. Daí se produziu um documento final capaz de promover as orientações necessárias para a aplicação “mais eficientes das políticas governamentais” (ACRE, 2000).

Este documento explicita uma concepção de “regionalização sob bases conceituais em “regiões naturais”, como estratégia para a delimitação territorial de ações com vista ao desenvolvimento do Estado – são as “regionais de desenvolvimento”. Sob o ponto de vista do “Governo do Estado”, esta divisão regional não partia dos pressupostos em que foram definidas as “microrregiões geográficas”. Suas bases conceituais retrocedem a compreensão positivista clássica, excluindo “o social” da construção e definição dos espaços regionais. Isto pode ser notado na seguinte afirmação: “a partir da rede hidrográfica [...], o Governo do Estado, em 1999, organizou o Estado em cinco Regiões de Desenvolvimento: Regional Baixo Acre, Alto Acre, Juruá, Purus, e Tarauacá/Envira” (ACRE, 2000, p.41). Continuando, afirmam que, a “hidrografia foi determinante” perante aos traçados dos rios que dificultam a ligação entre os municípios; isso formariam “diferenças” que devem ser consideradas no “planejamento e execução da ação governamental” (ID. IBID.).

⁶ - Quero ressaltar isto, pois é preciso desfazer o “mito” de que estas propostas provêm dos movimentos sociais dos trabalhadores na busca de um projeto de “desenvolvimento alternativo” para a região. Esses encontram espaço e apoio, ou seja, algumas ressonâncias nessas “novas propostas”, o que não era possível anteriormente. Isso significou avanços, mas estamos adentrando num projeto de desenvolvimento vindo de fora, ou melhor, propostos pelas grandes potências mundiais, que submete inclusive as forças de seguimentos progressistas locais na sua execução. Então se difunde a ideologia de que sabem “o que é bom para os países e povos empobrecidos”, mas não praticam nada que interfiram em seus interesses econômicos.

⁷ - Referimos a órgãos como o GTZ – Agência Alemã de Cooperação Técnica; o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; a WWF – World Wildlife Fund; KFW – Kreditanstalt Wiederaufbau/Banco Alemão; o MMA – Ministério do Meio Ambiente do Brasil etc.

Na definição proposta pelo ZEE/AC (ACRE, 2000), as “regiões de desenvolvimento” são, então, porções territoriais que por suas condições físicas tem maiores afinidades do ponto de vista “geográfico”, quer dizer, natural (o que conceitualmente é deveras errôneo). Por isto são passíveis de tratamentos próprios com políticas definidas no projeto de “desenvolvimento sustentável” para o Acre. Aí se busca identificar potenciais naturais, como definidor de territórios para metas sociais e empresariais, numa perspectiva de viabilizar também a produção regional ao mercado, em diferentes escalas de abrangências.

Há claramente aí uma confusão na concepção de região. O mesmo documento explicita que as regionais de desenvolvimento “correspondem às microrregiões estabelecidas pelo IBGE”, mas seguem a distribuição das “bacias hidrográficas dos principais rios acreanos” (ACRE, 2000, p.11). Ora! Como já vimos os pressupostos deterministas ambientais, presentes na concepção de região natural, são muitos diferentes dos que nortearam a regionalização em regiões geográficas do IBGE, o que denota uma confusão teórica na conceituação de região. Por isto é equivocada, pois denominam “regiões de desenvolvimento”, mas as definem, na realidade expressa no Documento, como “regiões naturais”. Além desta “confusão”, sob ponto de vista teórico e científico essa concepção de regionalização expressa no ZEE/AC (ID. IBID) é um retrocesso com relação às bases já lançadas pelo IBGE. É insuficiente para captar as especificidades regionais, pois não rompeu com o traçado territorial das regiões feita pelo IBGE e retrocedeu a métodos de estudos regionais já superados.

Por outro lado, a idéia de “região de desenvolvimento” é avançada denotando uma apreensão dos processos sociais produtivos que produz o “desenvolvimento” do território. Isto não é captado por um elemento físico, mas pela compreensão dos processos sociais e econômicos em face às forças hegemônicas globais, que se reproduzem localizadas espacialmente, inclusive sobre bases físicas e naturais. Aí se reproduz em formas e processos combinados de desenvolvimento que é desigual e contraditório”, mas que se materializam territorializados em regiões concretas. Isto seria uma “região de desenvolvimento”; porém no ZEE/AC não foi assim considerada.

Ademais, não significa negar a importância das bases físicas de uma região, sobretudo, pois a rede hidrográfica e a floresta, em si são partes importantes no histórico processo de ocupação e formação político e territorial do Acre (e da Amazônia

em geral). Vemos então que essa base natural, uma vez apropriada pelos processos sociais reprodutivos capitalistas (pois antes aí já viviam indígenas), no plano da configuração espacial, participa como “assoalho” sob o qual as relações sociais de produção constroem e redefinem territórios e regiões. Tal é a importância que, como já tratamos, a antiga “Microrregião Homogênea do Alto Purus” foi redefinida como “Mesorregião Geográfica Vale do Acre”. Porém, o conteúdo do Vale do Acre é preenchido pelo papel geoestratégico que teve esse Rio no processo produtivo da região acreana.

Outra situação que ainda salientamos, é a importância de planejar considerando as bases físicas, como o uso das fontes hídricas em que a água é também uma questão estratégica em qualquer processo de desenvolvimento regional implementado. Todavia, o que queremos deixar claro é que isto por si só não define os territórios e as regiões, pois estes que são constructos sociais.

Ademais, no plano de regionalização, a adoção da definição territorial pelo ZEE/AC, em nível estadual, confirmava a validade dos elementos que anos antes, o IBGE definira as microrregiões geográficas acreanas. Todavia, o que se fez com as “regionais de desenvolvimento” foi tomar o conteúdo mais avançado que definia as regiões geográficas e deu-lhe uma “roupagem nova”. Porém esta “roupagem” era de uma “moda já ultrapassada”, sob um discurso “moderno” difundido nas políticas neoliberais do “desenvolvimento sustentável”. Faltou a ousadia de avançar nos propósitos políticos que, partidariamente, seus mentores representam no Acre.

No âmbito científico a que nos referimos, a visão determinista, há décadas já é algo superada. Os equívocos teóricos, lamentavelmente, estão nítidos. Contudo, dado a riqueza informativa do material, é lastimável saber que na equipe de elaboração do ZEE/AC, teve-se a presença de geógrafos, mas que não atentaram para estas questões (ou não quiseram atentar). Com estas ressalvas, podemos dizer que a regionalização do ZEE/AC tomou a divisão do Acre em “microrregiões geográficas”, atribuindo-lhes a denominação de “regiões de desenvolvimento”, mas com um conteúdo explícito de “regiões naturais”.

Todavia, para amenizar as críticas, estamos certo de que a referida regionalização deve ser vista como um aparato de execução política governamental e não como a apreensão de um processo geográfico que se territorializa e, cientificamente, é captado e elaborado.

Portanto, obedecendo aos mesmos limites territoriais, assim se apresenta a referida regionalização:

- “Microrregião Geográfica de Brasiléia” forma a “Regional Alto Acre”;
- “Microrregião Geográfica de Rio Branco” forma a “Regional Baixo Acre”;
- “Microrregião Geográfica de Sena Madureira” forma a “Regional do Purus”;
- “Microrregião Geográfica de Tarauacá” forma a “Regional Tarauacá/Envira”;
- “Microrregião Geográfica de Cruzeiro do Sul” forma a “Regional do Juruá”.

A POSSIBILIDADE DE NOVAS (RE) CONFIGURAÇÕES REGIONAIS

Apesar dos equívocos teóricos na conceituação de “região”, a que retratamos, o conteúdo das “microrregiões geográficas”, territorialmente falando, esteve presente no conteúdo das “regionais de desenvolvimento” do Governo do Estado. Tomando por base as configurações territoriais das regiões geográficas e as transformações ocorridas nos processos reprodutivos que deram formas e vida ao território neste vinte anos, como já vimos apontando, o conteúdo presente na configuração geográfica atual, já não é suficiente para refletir a realidade microrregional acreana. Pensar numa revisão na divisão microrregional, com base na dinâmica da geograficidade presente em processos reprodutivos recentes, é uma forma de revitalizar as regiões como entidade territorial apta a receber tratamentos específicos, conforme suas condições e processos próprios.

Com este propósito podemos apontar para a possibilidade de uma nova (re) configuração microrregional. Justifica-se considerando a maior eficácia de bases territoriais para ações de políticas de desenvolvimento e maior coerência no processo de conceituação de região. Porém, deve ser gradativamente visto a partir de elementos que facilite enxergarmos as matizes processuais presentes que dão novas configurações ao território, no atual momento. Numa nova regionalização, firmaríamos as “regionais de desenvolvimento”, não como uma medida política do gestor sobre o território, mas como um aparato de investigação e conceituação geográfica, aplicado a redefinir a “região”

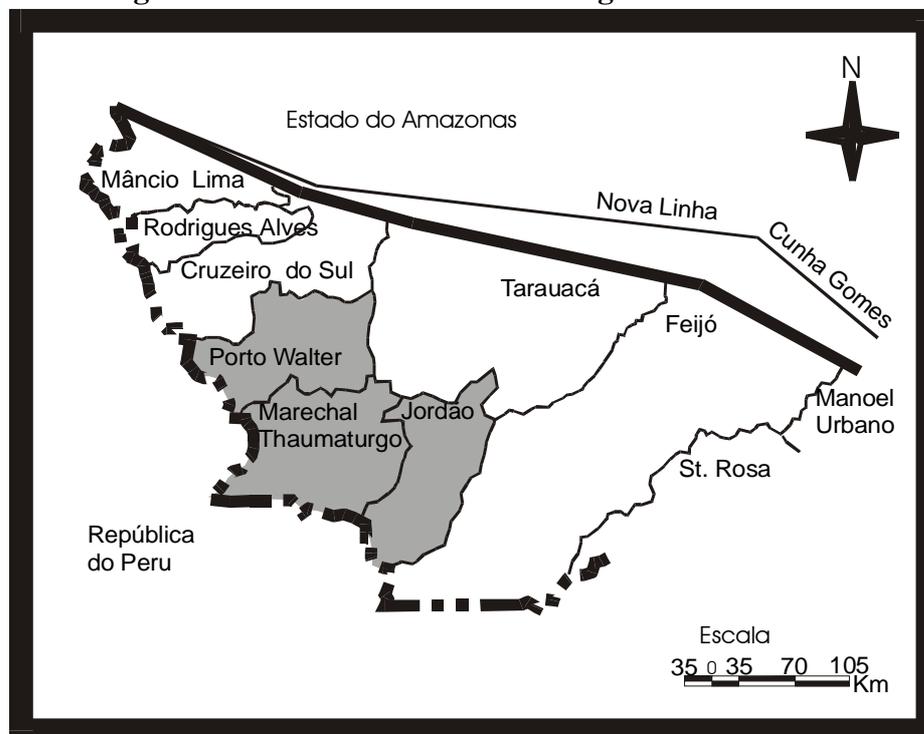
territorialmente tanto para de gestão do território, como para outros fins⁸ (por exemplo, para fins didáticos).

Partindo destes pressupostos e considerando as informações que dispomos, duas configurações de “regionais”, estamos certo que já se definem. Estas são:

Regional Sul-Occidental

Referimos ao extremo oeste do Estado entre as microrregiões geográficas de Tarauacá e Cruzeiro do Sul. Aí, já em áreas fronteiriças, sobressaem os novos municípios de Jordão, Mal. Thaumaturgo e Porto Walter (Mapa 2). Perante aos processos produtivos atuais, com forte participação de populações seringueiros e indígenas), de grandes partes seus territórios serem tomados por unidades de conservação (Parque Nacional da Serra do Divisor e a RESEX Alto Juruá e Alto Tarauacá), de apresentar poucas áreas desmatadas, de não terem vias de terrestres de acessos etc, esses municípios formam uma região que necessita de tratamentos políticos próprios.

Mapa 2
A “Regional Sul-Occidental” na Mesorregião do Vale do Juruá



Fonte: IBGE, 1996; ACRE, 2000. Reorganizado por Silvio Simione da Silva, 2003.

⁸ - Nisto estaríamos agora (re) invertendo o processo, de regionalização anterior. As novas regionais de desenvolvimento poderiam ser bases para futuros processos de regionalizações, inclusive, em regiões geográficas de órgãos como o IBGE.

Em tese, estamos certos de que pela veracidade da situação, o território referido, caracteriza a possibilidade real de uma “nova microrregião”, ou melhor, uma nova “regional de desenvolvimento”. Para isto mais que o fato da “vizinhança”, deve ser considerado os processos que tangem suas produções sociais, econômicas, ambientais e socioculturais. Tais situações se combinam numa “identidade regional” que é heterogênea em si, mas que no plano do desenvolvimento, vai se deferindo gradativamente dos municípios do norte e leste. Cabe salientar que esta identificação preliminar que aqui estamos fazendo, deve ser base para estudos mais aprofundados com vista a criação dessa “regional de desenvolvimento”, sob outros pressupostos conceituais de região. Todavia, isso que apresentamos é uma problematização e não a regionalização em si.

Regional Norte-Oriental (ou Ponta do Abunã)

Vimos que dentre as cinco microrregiões geográficas acreanas, a Microrregião de Rio Branco é a que comporta maiores diferenças internas. Isto demonstra que para a eficácia de uma regionalização em regionais de desenvolvimento, aí há uma necessidade urgente de rever as especificidades microrregionais. Os municípios mais orientais, nas duas últimas décadas do século XX, tiveram sua reprodução socioespacial como prolongamento dos processos produtivos no avanço da fronteira agropecuária ao longo da BR-364. Sobressaíram se assim Plácido de Castro, Acrelândia e Senador Guiomard, além de várias localidades em que já se formam vilarejos, como a Vila Campinas as margens da referida Rodovia, com mais de cinco mil habitantes em “área urbana”.

Cabe ressaltar que, devido ao traçado territorial, a situação do município de Senador Guiomard é a mais atípica. Sua área rural norte está inserida nos processos produtivos idênticos aos vizinhos municípios citados, inclusive, muito mais ligada a incipiente “vida urbana e comercial” da Vila Campinas. Porém, sua área urbana e território circunvizinho ao sul do município, muito próximo de Rio Branco, gradativamente se insere no contexto produtivo do espaço da capital do estado. Um exemplo desta situação pode ser notado no trecho da estrada que liga as duas cidades, onde praticamente está tomado por chácaras de moradores urbanos, num longo e contínuo espaço semi-urbanizado já interligado (que aqui poderíamos falar de um espaço periurbano de Rio Branco).

Isso, ao nosso ver, já demonstra que plano interno há uma necessidade de repensar a configuração político-administrativa acreana em diferentes níveis e escalas

territoriais. Entretanto, no momento, o que propomos é apontar situações e processos que nos permitam visualizar maiores identidades microrregionais, com novas possibilidades a serem estabelecidas, no tocante às “regionais de desenvolvimento”. Neste sentido, agora nos deteremos na faixa territorial que corresponde ao prolongamento da Ponta do Abunã (antiga área de litígio entre Acre e Rondônia, hoje território rondoniense) no Acre, ou seja, aos três referidos municípios.

PROPÓSITOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DA “REGIONAL NORTE-ORIENTAL”

A identificação de uma região é produto da materialização dos processos sociais que lhe atribuem características próprias, a ser apreendida através de estudos. Para o poder público, identificada a região, visa-se ter nesta entidade territorial, dimensões espaciais mais propícias a tratamentos políticos próprios. Com esses propósitos vemos ser possível a identificação de uma nova regional no âmbito territorial da Microrregião Geográfica de Rio Branco. Referimo-nos aos municípios de Plácido de Castro, Acrelândia e Senador Guiomard, aos quais vamos identificar como “Regional Norte-Oriental” (mapa 3), tendo em vista que os elementos definidores foram processos geográficos e não apenas um fenômeno natural.

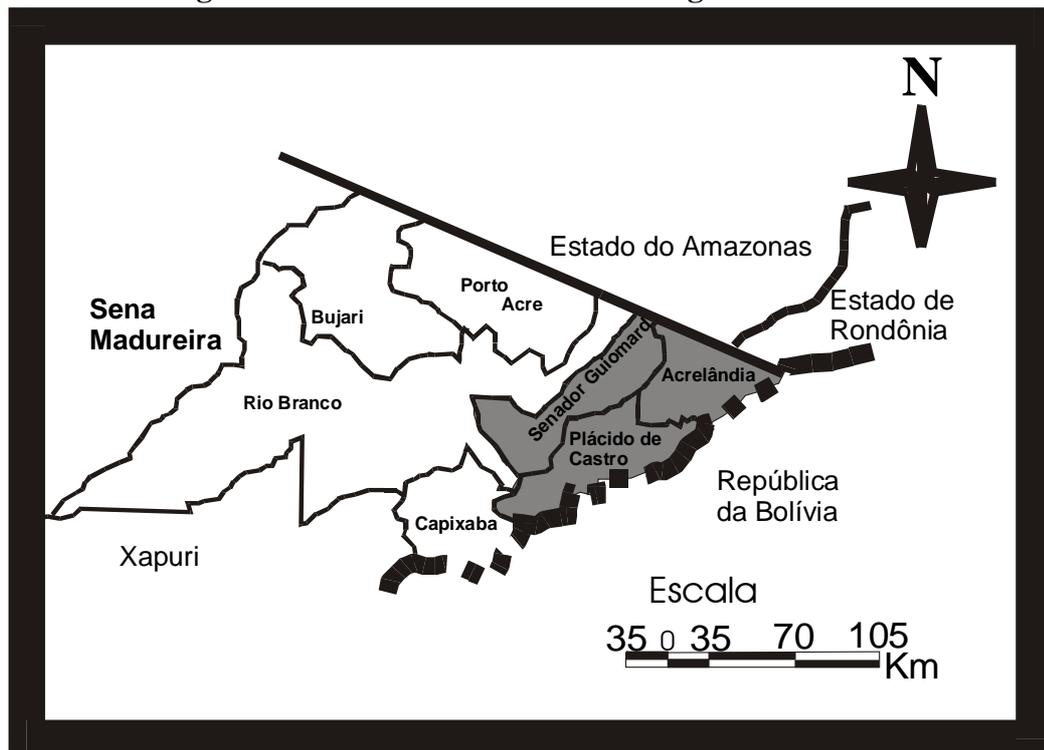
Por não se tratar de uma configuração do acaso, agora podemos apresentar situações e processos que nos ajudam a apreender a pertinência da questão. Todavia, ressaltamos que por si só, qualquer um dos pontos apresentados não explica a situação. Esta compreensão somente advém ao considerarmos no processo das imbricações que se têm no conjunto da produção do lugar em realidades heterogêneas que se combinam ou se conflitam em várias questões, como expomos a seguir:

Do ponto de vista dos limites físicos

Sob o ponto de vista dos limites físicos, quase a totalidade territorial destes três municípios são drenados por rios da Bacia Hidrográfica do Madeira, no caso pela sub-bacia do Abunã. Neste plano, é essa a situação que mais individualiza essa área do território acreano. No que se refere as suas características geológicas e geomorfológicas não diferem de grande maioria das terras acreanas, apresentando-se em terrenos de Formação Terciária (Formação Solimões), com relevo em colinas, com solos poucos férteis, em que predominam os tipos latossolo amarelo e argissolo vermelho.

Originariamente eram terrenos cobertos pelas florestas abertas com palmeiras e bambuzais, por onde estendia ricos castanhais. Todavia, com a maciça ocupação e desmate ocorrido, grandes partes dessas vegetações já foram removidas. Neste momento, vastas áreas já estão desmatadas e a interferência dos novos processos da reprodução antrópica continua modificando as características naturais (ACRE, 1991; 2000).

Mapa 3
A “Regional Norte-Oriental” na Microrregião de Rio Branco



Fonte: IBGE, 1996; ACRE, 2000. Reorganizado por Silvio Simione da Silva, 2003.

Na bucólica paisagem às margens das rodovias, vemos os imensos castanhais, em que árvores colossais, moribundas e desnudas nos campos abertos das pastagens recém-formadas, agonizantes esperam a morte. A degeneração começa com a esterilidade gradativa, em que o desmate quebra o ciclo reprodutivo do castanhal. O fogo da queima anual das pastagens abre “chagas” no caule que sustenta a frondosa árvore. A destruição integral ocorre com a insensibilidade de quem desmatou e das leis ambientais, destinando-a ao seu retorno natural como húmus ao solo que lhe sustentara, quando já não tivera perecido nas queimadas anuais, tornando simplesmente cinza sobre o solo desnudo e pisoteado por bois. Isto retrata a realidade dramática local dos recursos florestais.

Historicamente essas características físicas foram de grande importância. A floresta com seus recursos naturais foi base para a ocupação produtiva da área com os seringais na extração da borracha e da castanha. O Rio Abunã era via de chegada e saída de produtos e mercadorias para grande parte do Acre. Esta era via de circulação de mercadoria que vinham pelo Rio Madeira, seguindo depois pelo Abunã, até a vila de Plácido de Castro, de onde seguia por terra para a capital do então Território Federal do Acre. Com a chegada da Rodovia BR-364 a Rio Branco, no final da década de 1960, essa situação muda e o povoamento se desloca para o eixo rodoviário. A hidrovia do Abunã fica em desuso para tais finalidades, pois a circulação já se estabelecia por rede terrestre ligada ao Centro-Sul, via Porto Velho.

Do ponto de vista histórico e social

A ocupação desta parte do Estado se deu com a formação de seringais no final do século XIX. As frentes produtivas e de povoamentos, a maioria provinda de Belém, Manaus e do Nordeste, chegavam via Rio Madeira-Abunã. Contudo, houve similaridade aos processos que ocorreram noutras partes da Amazônia-acreana (para quais as vias circulação se davam pelos rios Purus e Juruá): a mobilidade de força-de-trabalho era composta por migrantes nordestinos, deslocados em face da implantação das empresas extrativas – os seringais (financiados pelo capital financeiro industrial estrangeiro).

Enquanto via de circulação, o Rio Madeira, pelo volume de água, apesar de apresentar cachoeiras em território rondoniense, é mais navegável de que seu vizinho Purus. Isto fez da rede Madeira-Abunã, via de circulação de mercadorias, também para abastecer cidades (como Rio Branco) que estava nas margens do Rio Acre (Bacia do rio Purus), como já tratamos anteriormente.

Já em princípios da década de 1970, com o avanço da fronteira agropecuária pela Amazônia atingindo as terras acreanas, novas frentes de ocupação se instalam na região. Fazendas de criação bovinas vão se fixando e vários projetos de colonização são implantados, tanto por órgãos federais como estaduais. Do ponto de vista social, a maioria dos migrantes agora provinham de correntes migratórias originárias do Centro-Sul do Brasil. Pode-se dizer que era um prolongamento das correntes que se arrastaram ao longo da BR-364, ocupando, criando cidades e vilas por Rondônia e nos anos 1970/80 chegava ao Acre.

Como os tipos sociais de migrantes centro-sulistas eram trabalhadores camponeses e fazendeiros em atividades agrícolas e pastoris, apesar das características físicas do solo, estes territórios foram reocupados com finalidades agropecuárias. A partir de então, esses sujeitos sociais e econômicos têm sido responsáveis pela atividade econômica aí implantada. Travam-se uma relação de domínio sobre a terra “desflorestada” como fonte de produção, diferente do que ocorre em áreas florestais onde esta relação com a terra é intermediada pelo significado da floresta em pé. Daí serem essas áreas, sob ponto de vista do impacto ambiental local (sobre a floresta e seus moradores), as mais violentamente atingidas no Estado.

A expressividade dessas frentes se dá com a rápida transformação da paisagem rural, com a expansão da atividade agrícola e pastoril e com o crescimento das vilas e cidades existentes (Plácido de Castro e Senador Guimard). Também ao se fixarem esses migrantes “plantam sementes de novas cidades” e, assim surgiu o município Acrelândia (em áreas de antigos projetos de colonização, as margens de rodovia estadual) e povoados como Vila Campinas (também em áreas de projeto de colonização as margens da BR-364). Neste contexto que das três cidades, Plácido de Castro e Senador Guimard teve sua emancipação política de no período 1976/77 e Acrelândia no período de 1991/92.

Do ponto de vista econômico

Como já tratamos, na ocupação recente, a produção econômica dessa região está essencialmente ligada às atividades agrícolas, pecuárias e madeireiras. A atividade madeireira é explorada por empresas, às vezes sediada noutros municípios, em que predomina a extração predatórias de espécies de maiores valores comerciais. O trabalho com manejo madeireiro é incipiente, mas que já se faz presente com projetos comunitários. Há também atividades de extração a borracha, que fora revitalizado sob a influência dos efeitos do preço subsidiado da borracha.

O avanço da pecuária bovina de corte é notável, fazendo dessa atividade um empreendimento atrativo para empresários rurais, sobretudo pela disponibilidade de terra a ser tomada como propriedade privada, sobretudo, em áreas de antigos projetos de colonização. Também em meio a produtores camponeses, essa atividade avança tanto com a criação gado de corte como leiteiro; porém, muito mais com o caráter estratégico de sobrevivência pelo trabalhador, numa economia de excedente, de que como princípio de

capitalização. Todavia, isso já é o suficiente para que esses também absorvam tecnologias e formas de manejos mais adequados do rebanho. Tudo isso faz desta “regional”, uma das áreas mais expressivas na produção leiteira e de carne bovina no Estado.

Já a agricultura está sendo praticada, em especial por trabalhadores camponeses em propriedades de médios e pequenos portes. Entretanto, essa atividade tem se deparado com as inadequações às condições locais (como já referimos, às limitações dos solos, às condições climáticas, aos regimes pluviais etc.), a falta do desenvolvimento de tecnologias adequadas às condições de produção na Amazônia, a falta de incentivos creditícios e a tecnificação do produtor, as condições poucas atrativas do mercado local etc. Apesar destas dificuldades, essa é uma das “regiões do Estado” em que mais se produzem gêneros alimentícios de primeira necessidade como milho, arroz, feijão e o café.

Certamente, adequando-se o tipo de agricultura ou agrossilvicultura e considerando os pontos críticos levantados, esta região poderá se firmar como uma das principais áreas produtoras do Estado, com atividades produtivas não-florestais.

Temos, entretanto que admitir que essas atividades têm limitações ao seu avanço. Os índices de desmatamentos já não permitem a expansão extensiva das atividades agropecuárias e agrícolas. Para a agricultura, tem-se feito várias experiências com atividades em sistemas agroflorestais e com mecanização dos solos agrícolas. Para a pecuária, o que resta é a intensificação das práticas criatórias, senão quisermos pagar o preço por uma degradação ainda maior das áreas florestais. Além disso, a própria intensificação da pecuária e até da agricultura tem seu impacto, pois se trata de solos rasos, com fertilidades baixas, expostos a regimes pluviais bastantes intensos e passíveis a processos de compactações. Isto poderá conduzi-los gradativamente a esterilidade em com o tempo de uso. Contudo, diante dessas tentativas, talvez aí se comece a desenhar novas possibilidades para estas atividades na Amazônia, inclusive, corrigindo os danos com os impactos causados pelos acelerados desmatamentos que se teve inicialmente.

Portanto, sob o ponto de vista socioeconômico esta identidade regional se forma a medida que as demandas sociais de quem já vive, trabalha e produz na região dos três municípios, requer tratamentos específicos. Isto como já apresentamos, pode ser notado, na maior intensidade de transformação na paisagem natural, na opção agrícola e pecuarista e nos impactos socioambientais já consumados. Por tudo isto, aí, a implementação de políticas de desenvolvimentos terá que se pautar em preocupações

socioambientais e nas próprias expectativas dos produtores locais (trabalhadores camponeses e fazendeiros), já que as economias das vilas e cidades são tributárias majoritariamente dessas produções rurais.

No caso de Senador Guimard com sua especificidade urbana antes ressaltada, cabe-nos ainda uma consideração. Sob o ponto de vista produtivo e econômico rural, justifica-se sua maior e proximidades a realidade dos outros municípios que estamos referindo, numa nova regionalização em escala micro, de que com a capital, Rio Branco.

Do ponto de vista ambiental

No âmbito do ambiente rural, os impactos nas florestas, nos cursos d'água, no regime pluvial e no modo de vida do trabalhador têm sido deveras sentido. Sob o impacto do desmatamento, florestas foram destruídas com seus recursos madeiros parcialmente aproveitados. Muitos seringais de onde antes a população seringueira produzia também sua sobrevivência, com trabalhos extrativos, deram lugar a áreas agricultáveis e de formação de pastagens.

No período de estiagem, o regime dos rios foram alterados e cursos d'água menores, sazonalmente, podem secar. Conseqüentemente há uma alteração no nível hidrostático com o aprofundamento do lençol freático, a escassez de água potável também pode ser sentida pelos moradores. A água para criação de gado é prevenida a pelos açudes e “reservatórios” construídos para a captação nos períodos chuvosos. Esta variabilidade é sazonal na Amazônia, sendo que certos graus de oscilações são normais entre o “período chuvoso e de estiagem”. Porém, com o desmatamento deixando o solo desprovido de cobertura, sujeito a maior compactação natural ou pelo pisoteio do gado, ocorre uma ampliação dos efeitos de degradação ambiental atuando sob a composição pedológica e geomorfológica do lugar.

O ambiente do trabalhador tradicional foi deveras alterado, pois com a mudança na base produtiva, a vida na floresta foi inviabilizada. Esse impacto socioambiental teve como origem o domínio fundiário estabelecido, com a implantação de colonização e áreas de fazendas, em que se reforçavam os espaços de reprodução da propriedade fundiária privada. Isto significava uma mudança radical na territorialização do domínio e uso da terra dos antigos seringais, nos quais após a falência da empresa capitalista, o trabalhador extrativista fixou meios de vida próprios sob bases de sua unidade

de produção na floresta – a colocação. A população seringueira reduzia-se na zona rural, migrando para as cidades sede dos municípios e para Rio Branco. Por consequência, do ponto de vista socioambiental, são nestes municípios acreanos que a potencialidade para novas atividades extrativistas são mais delicadas, dado o percentual desmatamento alcançado.

Então, estamos diante de uma “regional de desenvolvimento” que carece de um planejamento específico no tratamento de questões a amenizar os problemas socioambientais. Contudo, neste processo, não se pode negar a tendência produtiva aos cultivos e criações bovinas, já consumadas em três décadas de avanços das forças recentes da frente pioneira agropecuária. Porém não se pode perder de vista as metas de incentivar a retomada de atividades florestais e agrossilvícolas, dado que para a primeira ainda há quase 50% do território em floresta e para a segunda, pode-se ter aí mecanismos fortes e viabilização socioeconômica e ambiental ao trabalhador familiar, em áreas já semi-degradadas.

Ponto de vista da gestão territorial

Esta identificação microrregional fixa bases para racionalizar ações que visem atingir tanto suas dimensões produtivas e como também sociais em escala territorial menor. Assim, ao tratar das questões ambientais, se por um lado, quase cinquenta por cento dos territórios já estão desmatados, por outro, ainda há um percentual quase idêntico a ser considerado como áreas de florestas. Portanto, ao gerir esse território a questão da “vocação para a agropecuária”, não pode ser uma máxima seguida a risca. Neste sentido, dois padrões produtivos, ainda que bastantes divergentes, têm que ser encarados como campos de possibilidades objetivas para estes municípios; são estes: as atividades agropecuárias e a reativa o mais intensa de atividades agroflorestais.

Essa “Regional Norte-Oriental” na bacia do Abunã, talvez seja o território mais propício a gerar alternativas na constru o de caminhos produtivos que concilie desenvolvimento humano, ambiental e econ mico num projeto de firma o da atividade agropecuária perante a preserva o ambiental e a produ o agroflorestal. Este “campo de possibilidades” deve ser considerado num projeto que vise consumir o desenvolvimento do lugar, na amplitude da auto-sustentabilidade do local, respeitando a autonomia de quem aí vive, produz e trabalha.

Ao nosso ver, isto vai muito além do discurso do chamado “desenvolvimento sustentável”. Os tratamentos de questões socioambientais não terão que se adequar exclusivos aos limites naturais ou sociais, mas ao amplo conjunto das relações que estabelecem na produção dos territórios. É este processo que permite-nos ver a identidade regional que aí já se forja, diante das forças motoras que produzem tais dinâmicas e geram especificidades passíveis de tratamentos próprios.

Portanto, esta “identidade regional” já tem base territorial socialmente produzida, apta a ações mais condizentes dos órgãos gestores na definição de políticas públicas locais. É este o intuito de defendermos a necessidade de rever as características territoriais, num novo processo de regionalização, em nível micro do espaço acreano. Esta “Microrregião” que aqui apresentamos como “Regional Norte-Oriental”, é a área que seguramente, temos mais elementos para afirmar que “sua identidade” distinta no contexto mais amplo da Microrregião Geográfica de Rio Branco (“Regional do Baixo-Acre”).

PARA FINALIZAR

Pensar na definição de região como entidade concreta de escalas espaciais diferenciadas, é ponto de partida para definirmos processos de desenvolvimentos também em escalas diferentes. Normalmente, na escala macro tem se priorizado a produção e circulação sobre a promoção do social. Somente na escala micro tem notado pequenas preocupações com o social.

Aqui propomos outro caminho. Ao compreendermos as formas de produção e atentarmos para questões localizadas que promovem o desenvolvimento do lugar, a região é vista como *lócus* de forças econômicas, mas também de forças sociais. Aí são produzidas identidades sob processos diversos, nos quais se combina a heterogeneidade como expressão da “unidade na diversidade” contida territorialmente.

Nisto, o sujeito-habitante, com o intrínseco atributo de ser sujeito-produtor, como detentor da força-de-trabalho (processo social que produz espaços e forma os territórios), submetendo ou resistindo às forças do modo de produção vigente, territorializa-se e produz o lugar. Deste lugar se projetam bases que definem as especificidades regionais, pois a condição deste sujeito lhe insere no contexto da produção global, a partir de seu local de morada. Assim, a região sobressai com identificação de territórios em diferentes escalas, nos quais as forças produtoras geram diversidades, mas

constroem processualmente unidades regionais. Por isto, a região é produto de um desenvolvimento desigual e combinado (forças contraditórias) que territorialmente se materializam em realidades concretas.

Com base nestas considerações, na realidade acreana, vemos que o conceito de “região de desenvolvimento” poderá significar avanços desde que rompemos com os equívocos teóricos que a definiram a partir de pressupostos de “regiões naturais”. Então, significa (re) conceituarmos a região; e, ao fazer isto, muda-se o conteúdo definido. Ao mudá-lo, a necessidade de outra regionalização fica evidente.

Neste novo processo, as “regionais de desenvolvimento” passarão a serem definidas como constructos produzidos por forças sociais e econômicas, atuando sobre os lugares. Isto se dá a partir ações de agentes que promovem o desenvolvimento desigual e combinado no âmbito de inserção microrregional nos processos globais. É neste contexto que vemos sobressair especificidades de espaços regionais que requer tratamentos de políticas públicas condizentes com as realidades que aí se individualizam e se firmam.

Não se trata de defender a necessidade de uma política do “lugar” para o estado. O que estamos defendendo é que conhecendo e delimitando melhor o espaço administrado regionalmente, o órgão gestor poderá definir com maior coerência suas ações, conforme a realidade territorial na qual será aplicada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE, Secretaria de Meio Ambiente do. **Atlas Geográfico Ambiental do Acre**. Rio Branco: IMAC, 1991. 47p.

ACRE, Governo do Estado. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Acre: **Aspectos Socioeconômicos e ocupação territorial** – documento final. Rio Branco: SECTMA, 2.000. v.II.

ACRE, Governo do Estado. **Guia para usos da terra acreana com sabedoria: Zoneamento Ecológico Econômico do Acre**. Rio Branco: SECTMA; Brasília: WWF-Brasil, 2.001. 68p.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia, Região e Desenvolvimento** (introdução ao “aménagement du territoire”). 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1971. 95p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região: Globalização, pluralidade e persistência conceitual**. S.n.t. (mineo – Disc. Espaço, região e regionalização, Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP, 1997).

_____. **Região e organização espacial**. 6.ed. São Paulo: Ática, 1998. 93p.

DUARTE, Aluísio Capdeville. Regionalização – considerações metodológicas. In: **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro: Depto. de Geografia/UNESP, 1980. v.10. p.05-32.

FAISSOL, Esperidião. **Urbanização e regionalizações: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. 247p.

FERREIRA, Fco. W. **Planejamento sim e não**. 14. ed. São Paulo: Paz e terra, 1979. 157p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População de 1996 - Acre**. Rio de Janeiro: FBGE, 1997. 3p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988. 124p.

_____. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002. 381p. (Coleção Milton Santos, 1).

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.

FROM “GEOGRAPHIC MICRO-REGIONS” TO “REGIONAL CENTERS FOR DEVELOPMENT”: regionalization of the lands of Acre and the possibility of new rearrangements at the beginning of the 21st century

ABSTRACT: Here we seek to understand the grounds of the latest regionalizations in the lands of Acre. We have seen the purposes of these processes in the context of geography and with this, the advances and drawbacks in the territorial definition of the regions. Starting from theoretical critique we argue about “the need for reviewing the regionalizations in place in the state”. In this aspect, we make some points to understand and to surpass the definitions of “natural” and “homogeneous” regions as the division in “regional centers for development” presented in the Economic-Ecological Zoning Program of Acre partially indicates.

KEY WORDS: Acre. Regionalization. Regional Scales. Development. Planning.